



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO (Do Sr Alberto Fraga)

Requer a realização de audiência pública para discutir o alto índice de sequestros e o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, realização de audiência pública para discutirmos sobre os altos índices de sequestros e de desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, bem como os aspectos criminais relacionados a este tema.

Nesse sentido, solicito sejam convidados:

- Representante do Ministério Público da União;
- Representante da OAB;
- Representante das Varas de Infância e da Juventude de Sergipe, Distrito Federal e Rio de Janeiro;
- Representante da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), e
- Representante da ABCD - Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas - Mães da Sé.

JUSTIFICAÇÃO

Mais de um terço dos desaparecidos no Brasil são crianças e adolescentes de até 17 anos; no mundo essa taxa está em elevação, chegando a 10% anualmente. Conforme as estatísticas, em média 250 mil pessoas





2

desaparecem por ano no Brasil sem deixar registro, sendo que 40 mil têm menos de 17 anos.

Esse problema deve ser entendido com prioridade não apenas pelas famílias que vivem esse drama, mas todos nós, principalmente este Parlamento. Não podemos esperar que algo aconteça com nossos filhos ou pessoas próximas para começarmos a militar na defesa dessas famílias e dessas crianças e adolescentes, precisamos urgentemente criarmos ações permanentes para combatermos esta triste estatística.

Os motivos desses desaparecimentos estão ligados diretamente ao trabalho escravo, prostituição infantil, adoção ilegal, tráfico infantil, venda de órgãos, dentre outros.

Sabemos da preocupação das autoridades em encontrar alternativas eficazes que reduzam drasticamente o número de pessoas desaparecidas, mas as notícias mostram justamente o contrário, pois, a cada dia, mais pessoas desaparecem. Infelizmente, percebo que ainda existe um longo caminho pela frente para tentarmos erradicar de vez este mal.

Dessa forma, por se tratar de assunto de grande importância social, e com evidentes impactos sobre as políticas de segurança pública e de justiça, é que solicitamos aos nobres pares o apoio à realização da referida audiência pública conjunta desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, **de forma conjunta** com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, em 4 de julho de 2023.

DEPUADO ALBERTO FRAGA
PL/DF

